



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 09/2017
Lei de Defesa do Consumidor.

Resolução n.º 77/X/2017
Assentimento ao Presidente da República para autorizar a entrada e permanência do navio patrulheiro francês *LV LE Henaff*, para uma escala de rotina.

Voto de Pesar n.º 13/X/2017.
Pelo desaparecimento físico do Senhor Ladislau Quaresma Frederico d'Almeida.

Voto de Pesar n.º 14/X/2017.
Pelas perdas de vidas humanas no Conselho de Pedrógão Grande, Distrito de Leiria (Portugal).

GOVERNO

Decreto – Lei n.º 12/2017
Sobre Medidas Excepcionais de Correção Financeira na Administração Geral do Estado, Empresas do Estado e no Sector Empresarial Privado.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 09/2017

Lei de Defesa do Consumidor**Preâmbulo**

A presente Lei versa sobre a protecção do Consumidor, que se inicia a partir do momento em que se verifica a existência de vulnerabilidade deste perante o fornecedor, numa relação jurídica de consumo, que tem como facto marcante a presença de ambos transaccionando bens e serviços.

Discorre sobre a importância do Direito do Consumidor que foram aprovadas em 1985 pela ONU, tendo novas directrizes com relação ao Direito do Consumidor. A partir daí, iniciou-se um movimento de protecção ao Consumidor pelo mundo, primeiramente nos países desenvolvidos.

Por isso, é necessária a intervenção do poder público através de normativas incidentes na possibilidade de auto-regulação dos interesses particulares.

Assim, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Capítulo I
Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objecto

A presente Lei aprova o Regime Jurídico de Protecção e Defesa dos Consumidores, definindo as funções do Estado e das Autarquias Locais, os direitos dos consumidores e a intervenção das Associações de Consumidores.

Artigo 2.º

Definição

Considera-se o Consumidor todo aquele a quem sejam fornecidos bens, prestados serviços ou transmitidos quaisquer direitos, destinados ao uso não profissional, por pessoa que exerça com carácter profissional uma actividade económica que vise a obtenção de benefícios.

Artigo 3.º

Âmbito

A presente Lei aplica-se aos bens, serviços e direitos fornecidos por quaisquer entidades privadas e públicas nomeadamente sociedades comerciais, associações, agrupamento de empresas, cooperativas, organismos da Administração Pública ou das Autarquias locais, pessoas colectivas públicas, empresas públicas, de capitais públicos ou detidos maioritariamente pelo Estado ou Autarquias Locais e empresas concessionárias de serviços públicos.

Artigo 4.º

Funções gerais de protecção do Estado e das autarquias locais

1. Incumbe ao Estado e às Autarquias Locais proteger o consumidor, designadamente através do apoio à constituição e funcionamento das associações de consumidores, bem como à execução do disposto da presente Lei.

2. A incumbência geral do Estado na protecção dos consumidores pressupõe a intervenção legislativa e regulamentar adequada em todos os domínios envolvidos.

Artigo 5.º

Função de formação e informação

1. Incumbe ao Estado a promoção de uma política educativa para os consumidores, pela integração, através da concretização em programas e nas actividades escolares, bem como nas acções de educação permanente de matérias relacionadas com o consumo e dos direitos dos consumidores, usando, designadamente, os meios tecnológicos próprios numa sociedade de informação.

2. Incumbe ao Estado e às Autarquias Locais desenvolver acções e adoptar medidas tendentes à formação e à educação do Consumidor, designadamente através de:

- a) Concretização, no sistema educativo, em particular no ensino básico e secundário, programa de actividades de educação para o consumo;
- b) Apoio às iniciativas que neste domínio sejam promovidas pelas Associações de Consumidores;

- c) Promoção de acções de educação permanente de formação e sensibilização para o consumo em geral;
- d) Promoção de uma política nacional de formação de formadores e de técnicos especializados na área do consumo.

3. Os programas de carácter educativo difundidos no serviço público de rádio e de televisão devem integrar os espaços destinados à educação e formação do Consumidor.

4. Na formação do Consumidor devem igualmente ser utilizados meios telemáticos, designadamente, através de redes nacionais e mundiais de informação, estimulando-se o recurso a tais meios pelo sector público privado e cooperativo.

Artigo 6.º

Função de informação em geral

1. Incumbe ao Estado desenvolver acções e adoptar medidas tendentes à informação em geral do Consumidor designadamente através de:

- a) Apoio às acções de formação e informação promovidas pelas associações de consumidores;
- b) Criação de base de dados e arquivos acessíveis, de âmbito nacional, no domínio do direito do consumo e direitos do Consumidor, destinados a difundir a informação geral e específica e de acesso livre.

2. Os serviços públicos de rádio e de televisão devem reservar espaços em termos que a Lei define, para a promoção dos interesses e direitos do consumidor.

3. A informação ao consumidor é prestada em língua portuguesa.

4. A publicidade deve ser lícita, inequivocamente identificada e respeitar a verdade e os direitos dos consumidores.

5. As informações concretas e objectivas contidas nas mensagens publicitárias de determinado bem, serviço ou direito consideram-se integradas no conteúdo dos contractos que se venham a celebrar após a sua emissão, tendo-se por não escritas as cláusulas contratuais em contrário.

6. Incumbe às Autarquias Locais desenvolver acções e adoptar medidas tendentes a informação em geral do consumidor designadamente através de:

- a) Integração da função informação e formação do Consumidor nos serviços autárquicos competentes;
- b) Adopção de mecanismos de acompanhamento, supervisão e controlo das medidas de Defesa do Consumidor;
- c) Criação de serviços locais (Autarquias) de informação ao Consumidor;
- d) Constituição de conselhos locais (Autarquias) de consumo, com representação, designadamente, de associações de interesses económicos e de interesses dos consumidores.

Capítulo II

Direito dos consumidores e deveres dos Fornecedores

Artigo 7.º

Direitos do consumidor

O consumidor tem direito:

- a) À qualidade dos bens e serviços;
- b) À protecção da saúde e da segurança física;
- c) A formação e a educação para o consumo;
- d) À informação para o consumo;
- e) À protecção dos direitos económicos;
- f) À prevenção e à reparação dos danos patrimoniais ou não patrimoniais que resultem da ofensa de interesses ou direitos individuais homogêneos, colectivos ou difusos;
- g) À participação por via representativa, na definição legal ou administrativa dos seus direitos e interesses;
- h) A celeridade nas resoluções dos conflitos judiciais em que os mesmos são partes, bem como nas correspondentes medidas cautelares previstas na Lei geral;

- i) À isenção de prepares de custas judiciais nos processos em que seja parte;
- j) À informação prévia em processos de corte ou interrupção de fornecimento de bens ou serviços prestados e efectuados por empresas funcionando em regime de monopólio ou que sejam concessionários de serviço público.

Artigo 8.º

Direito à qualidade de bens e serviços

1. Os bens e serviços destinados ao consumo devem ser aptos a satisfazer os fins e as necessidades a que destinam e que produzem efeitos que se lhes atribui, segundo as normas normalmente estabelecidas ou na falta delas de modo adequado às legítimas expectativas do consumidor.

2. Sem prejuízo do estabelecimento de prazos mais favoráveis por convenção das partes ou pelos usos, o fornecimento de bens móveis não consumíveis está obrigado a garantir o seu bom funcionamento por período nunca inferior a um ano.

3. O consumidor tem direito a uma garantia mínima de cinco anos para os imóveis.

4. O decurso do prazo de garantia suspende-se durante o período de tempo em que o consumidor se achar privado de uso dos bens em virtude das operações de reparações resultantes de efeitos originários.

Artigo 9.º

Direito à protecção da saúde e da segurança física

1. É proibido o fornecimento de bens ou prestação de serviços que, em condições de uso normal previsível, incluindo a duração, impliquem riscos incompatíveis com a sua utilização, não aceitáveis de acordo com um nível elevado de protecção da saúde e da segurança física das pessoas

2. Os serviços da Administração Pública, Autarquias locais que, no exercício das suas funções, tenham conhecimento da existência de bens ou serviços proibidos, nos termos do número anterior, devem notificar tal facto às entidades competente para a fiscalização do mercado.

3. Os organismos competentes da Administração Pública devem mandar apreender e retirar do mercado e interditar as prestações de serviço que impliquem perigo para a saúde ou segurança física dos consumidores, quando utilizados em condições normais ou razoavelmente previsíveis.

Artigo 10.º

Direito à formação e educação

Os consumidores têm direito a receber a formação e a educação para o consumo por forma a poderem conhecer a qualidade e as características dos bens fornecidos, dos serviços prestados, dos direitos transmitidos e estarem aptos no processo de negociação ou aquisição.

Artigo 11.º

Direito à informação e ao dever de informar

1. O Consumidor tem direito a receber informação geral e particular sobre todos os bens, serviços e direitos oferecidos no mercado pelo fornecedor para o consumo ou aquisição.

2. O fornecedor de bens ou prestador de serviços devem, tanto nas negociações como na celebração de um contrato, informar de forma clara, objectiva e adequada o consumidor nomeadamente, sobre as características, composição e preço dos bens ou serviços, bem como sobre o período de vigência do contrato, garantias, prazos de entrega e assistências após a conclusão do negócio jurídico.

3. A obrigação de informar incide também sobre o produtor, o fabricante, o importador, o distribuidor, o embalador e o armazenista, para que cada elo do ciclo produção – consumo possa encontrar-se habilitado a cumprir a sua obrigação de informar o elo imediato até ao consumidor, destinatário final da informação.

4. Os riscos para a saúde e segurança dos consumidores que possa resultar da normal utilização de bens ou serviços perigosos devem ser comunicados, de modo claro, completo e adequado, pelo fornecedor ou prestador de serviço ao potencial consumidor.

5. Quando se verifique falta de informação, informação insuficiente, ilegível ou ambígua que comprometa a utilização adequada do bem ou serviço, o consumidor goza o direito de retractação do contracto relativo á sua aquisição ou prestação, no

prazo de sete dias úteis a contar da data da recepção do bem ou da data da celebração do contrato de prestação de serviços.

6. O fornecedor de bens ou prestador de serviços e direito que viole o dever de informar, responde pelos danos que causar ao consumidor, sendo solidariamente responsáveis os demais intervenientes na cadeia da produção, à distribuição que hajam violado o dever de informação.

7. O dever de informar não deve ser denegado ou condicionado por invocação do segredo de fabrico não tutelado na lei, nem pode prejudicar o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais ou contra legislação mais favorável para o consumo.

Artigo 12.º

Dever de comunicação por parte das empresas de monopólio e exclusivo

1. Os serviços e as empresas que funcionam em regime de monopólio e que fornecem bens ou que prestem serviços essenciais aos consumidores são obrigados a prestar informação pública sempre que se desenvolvam operações de corte ou interrupção de fornecimento de bens ou prestação de serviços.

2. Os actos de corte ou interrupção de fornecimentos de bens e prestação de serviços quando se fundem em falta de pagamento de factura devem ser comunicados ao Consumidor com antecedência de 15 (quinze) dias em relação à data marcada para a sua execução.

Artigo 13.º

Direito à protecção dos interesses económicos

1. O Consumidor tem o direito à protecção dos seus interesses económicos, impondo-se nas relações jurídicas do consumo a igualdade material dos intervenientes, a lealdade e a boa-fé, nos preliminares, na formação e ainda na vigência dos contractos.

2. Com vista à prevenção de abusos resultantes de contractos pré-elaborados, o fornecedor de bens e prestadores de serviços estão obrigados:

- a) À redacção clara e precisa, em caracteres facilmente legível, das cláusulas contratuais gerais, incluindo as inseridas em contractos singulares;

- b) À não inclusão de cláusulas em contractos que originem significativo desequilíbrio em detrimento do Consumidor.

3. À inobservância do disposto no número anterior fica sujeita ao regime de cláusulas contratuais gerais.

4. O Consumidor não fica obrigado ao pagamento de bens ou serviços que não tenha prévia e expressamente encomendado ou solicitado, ou que não constitua o cumprimento do contrato inválido, não lhe cabendo, do mesmo modo, o encargo da sua devolução ou compensação, nem a responsabilidade pelo risco de perecimento ou deterioração da coisa.

5. O Consumidor tem direito à assistência após a venda, com incidência no fornecimento de peças e acessórios, pelo período de duração média normal dos produtos fornecidos.

6. É vedado ao fornecedor ou prestador de serviços fazer depender o fornecimento de um bem ou a prestação de um serviço da aquisição ou da prestação de um outro ou outros.

Artigo 14.º

Direito à reparação de danos

1. O Consumidor a quem seja fornecido o bem com defeito, salvo se dele tiver sido previamente informado e esclarecido antes da celebração do contrato, pode exigir, independentemente de culpa do fornecedor, a sua reparação, a redução do preço ou a resolução do contrato.

2. O Consumidor deve denunciar o defeito no prazo de 30 (trinta) dias, caso se tratar de um bem móvel, ou de um ano, se se tratar de imóvel, após o seu conhecimento dentro de prazos legais de garantia previstos na presente Lei.

3. Os direitos conferidos ao Consumidor nos termos do n.º 1, caducam findo qualquer dos prazos referidos no número anterior sem que o Consumidor tenha feito a denúncia ou decorridos sobre estes seis meses, não se contando para o efeito o tempo despendido com as reparações.

4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Consumidor tem direito à indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais resultantes do fornecimento de bens e prestação de serviços defeituosos.

5. O produtor é responsável, independentemente de culpa, pelos danos causados pelos defeitos de produtos que coloque no mercado, nos termos da Lei.

Artigo 15.º

Direito de participação por via representativa

O direito de participação consiste, nomeadamente na audição e consulta prévia, em prazo razoável, das associações de consumidores no tocante às medidas que afectem os direitos ou interesses legalmente protegidos dos consumidores.

Artigo 16.º

Nulidade

1. Sem prejuízo do regime das cláusulas contratuais gerais, qualquer convenção ou disposição contratual que exclua ou restrinja os direitos atribuídos pela presente Lei é nula.

2. A nulidade referida no número anterior apenas pode ser invocada pelo Consumidor ou seus representantes.

3. O Consumidor pode optar pela manutenção do contrato quando algumas das suas cláusulas forem nulas nos termos do n.º 1 do presente artigo.

Capítulo III

Instituições de promoção e tutela dos direitos do Consumidor

Artigo 17.º

Associação de consumidores

1. As associações de consumidores são associações dotadas de personalidade jurídica, sem fins lucrativos e com o objectivo principal de proteger os direitos e os interesses dos consumidores em geral.

2. As associações de consumidores podem ser de âmbito nacional, regional ou local, consoante a área a que circunscrevem a sua acção e tenham, pelo menos, 200 (duzentos), 100 (cem) ou 50 (cinquenta) associados, respectivamente.

3. As associações de consumidores podem ser ainda de interesses genéricos ou de interesses específico:

- a) São de interesse genérico as associações de consumidores cujo fim estatutário seja a tutela dos direitos dos consumidores em geral;
- b) São de interesse específico o demais associações de consumidores de bens e serviços determinados.

Artigo 18.º

Direitos das Associações de consumidores

1. As associações de consumidores gozam dos seguintes direitos:

- a) Ao estatuto de parceiro social em matérias que digam respeito a política de consumidores, nomeadamente traduzido da indicação de representantes para órgãos consulta a concentração que se ocupem da matéria;
- b) Direito de antena na rádio e na televisão, nos mesmos termos das associações com estatuto de parceiro social;
- c) Direito a representar os consumidores no processo de consulta e audição pública a realizar no decurso da tomada de decisão susceptíveis de afectar os direitos e interesses daqueles;
- d) Direito a solicitar, junto das autoridades administrativas ou jurídicas competente a apreensão e retirada de bens do mercado ou interdição de serviços lesivos dos direitos e interesses dos consumidores;
- e) Direito de corrigir e a responder ao conteúdo das mensagens publicitárias relativas a bens e serviços colocados no mercado, bem como a requerer, junto das autoridades competentes, que seja retirada do mercado publicidade enganosa ou abusiva;
- f) Direito a consultar os processos e demais elementos existentes nas repartições e serviços públicos de administração central ou local que contenham dados sobre as características de bens e serviços de consumo e divulgar as informações necessárias à tutela dos interesses dos consumidores;
- g) Direito a serem esclarecidas sobre os elementos e condições de formação dos preços

de bens e de serviços, sempre que o solicitem;

- h) Direito de participar nos processos de regulação de preços de fornecimentos de bens e de prestações de serviços essenciais, nomeadamente nos domínios da água, energia, gás, transportes e telecomunicações, e a solicitar os esclarecimentos sobre as tarifas praticadas e a qualidade dos serviços, por forma a poderem pronunciar-se sobre elas;
- i) Direitos a solicitar aos laboratórios oficiais a realização de análises sobre as composições ou sobre o estado de conservação e demais características dos bens destinados ao consumo público e tornarem públicos os correspondentes resultados, devendo o serviço ser prestado com urgência necessária segundo tarifa que não, ultrapassa o preço de custo;
- j) Direito à presunção de boa-fé das informações por ela prestadas;
- k) Direito à acção popular, nos termos da lei;
- l) Direito de queixa e denúncia, bem como direito de se constituírem como assistentes em sede do processo penal e acompanharem o processo contra – ordenacional, quando o requeiram, apresentando memoriais, pareceres técnicos, sugestões de exame ou outras diligências de prova até que o processo esteja pronto para decisão final;
- m) Direito à isenção do pagamento de custas, preparos e impostos de selos, nos termos da Lei;
- n) Direito de receber apoio do Estado através da administração central, e local para prossecução dos seus fins, nomeadamente no exercício da sua actividade no domínio da formação e representação dos consumidores;
- o) Direito a benefícios fiscais idênticos aos concedidos ou conceder às Instituições de utilidade pública.

2. Os direitos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior são exclusivamente conferidos às

associações de consumidores de âmbito nacional e de interesse genérico.

3. O direito previsto na alínea h) é conferido às associações de interesse específico quando esses interesses estejam directamente relacionados com o bem ou serviço que é objecto da regulação de preços e para os serviços de natureza não local, exclusivamente conferido a associações de âmbito nacional.

Artigo 19.º

Acordos de conduta

1. As associações de consumidores podem negociar com os profissionais ou as suas organizações representativas acordos de boa conduta, destinados a reger as relações entre uns e outros.

2. Os acordos referidos no número anterior não podem contrariar os preceitos imperativos da Lei, designadamente os da Lei da Concorrência, nem conter disposições menos favoráveis aos consumidores do que as legalmente previstas.

3. Os acordos de boa conduta celebrados com associações de consumidores de interesse genérico obrigam os profissionais ou representados em relação a todos os consumidores, sejam ou não membros das associações intervenientes.

4. Os acordos atrás referidos devem ser objecto de divulgação, nomeadamente através da afixação nos estabelecimentos comerciais, sem prejuízo de utilização de outros meios informativos mais circunstanciados.

Artigo 20.º

Ministério Público

Incumbe também ao Ministério Público a defesa dos consumidores no âmbito da presente Lei e no quadro das respectivas competências, intervindo em acções administrativas e civis tendentes à tutela dos interesses individuais homogêneos, bem como de interesses colectivos ou difusos dos consumidores.

Artigo 21.º

Conselho Nacional do Consumo

1. O Governo providencia na criação do Conselho Nacional do Consumo que será um órgão de consulta e acção pedagógica e preventiva, exercendo a sua acção em todas as matérias relacionada

com o interesse dos consumidores e de coordenação e execução de medidas tendentes à protecção, informação e apoio aos consumidores e suas organizações.

2. São, nomeadamente, funções do Conselho:

- a) Pronunciar sobre todas as questões relacionadas com o consumo que sejam submetidas à sua apreciação pelo Governo ou pelas associações de consumidores ou por outras entidades nelas representadas;
- b) Emitir parecer prévio sobre iniciativas legislativas relevantes em matéria do consumo;
- c) Estudar e propor ao Governo a definição das grandes linhas políticas e estratégicas gerais sectoriais de acção na área do consumo;
- d) Aprovar recomendações as entidades públicas ou privadas ou aos consumidores sobre temas, actuações ou situações de interesse para a tutela dos direitos do consumidor;
- e) Solicitar e obter das entidades fornecedoras de bens e prestadoras de serviços, mediante pedido fundamentado, as informações e elementos necessários à salvaguarda dos direitos e interesses dos consumidores, bem como realizar diligências necessárias para esse efeito;
- f) Requerer às autoridades competentes medidas cautelares de cessação, suspensão ou interdição de fornecimento de bens e prestações de serviço que, independentemente de prova de uma perda ou prejuízo real, pelo seu objecto, forma ou fim, acarretem ou possam acarretar riscos para a saúde, segurança e os interesses económicos dos consumidores.

3. Incumbe ao Governo, mediante diploma próprio, regulamentar o funcionamento, a composição e o modo de designação dos membros do Conselho Nacional do Consumo devendo, em todo caso, ser assegurada uma representação dos consumidores não inferior a 50% (cinquenta por cento) da totalidade dos membros do Conselho.

Capítulo IV Disposições Finais

Artigo 22.º Profissões liberais

O regime de responsabilidade por serviços prestados por profissionais liberais será regulamentado em Leis próprias.

Artigo 23.º Prazo de Regulamentação

O Governo regulamenta a presente Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

Artigo 24.º Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor no prazo de 120 (cento e vinte) dias, após a sua publicação.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 26 de Maio de 2017.

O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*.

Promulgado em 27 de Junho de 2017.

Publique-se.-

O Presidente da República, *Evaristo do Espírito Santo Carvalho*.

Resolução n.º 77/X/2017

Assentimento ao Presidente da República para autorizar a entrada e permanência do navio patrulheiro francês *LV Le Henaff*, para uma escala de rotina.

Preâmbulo

Considerando a necessidade de se autorizar a entrada e permanência do navio patrulheiro francês *LV Le Henaff*, para uma escala de rotina, por um período compreendido entre 29 de Junho a 02 de Julho, do corrente ano.

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º
Assentimento

É dado o assentimento ao Presidente da República, nos termos da alínea n) do artigo 97.º da Constituição, para autorizar a entrada e permanência no País do navio patrulheiro francês *LV Le Henaff*, para uma escala de rotina, por um período compreendido entre 29 de Junho a 02 de Julho, do corrente ano.

Artigo 2.º
Entrada em vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se. -

A Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 28 de Junho de 2017.

O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*.

Voto de Pesar n.º 13/X/2017

Pelo desaparecimento físico do Senhor Ladislau Quaresma Frederico d'Almeida

Tendo recebido com profunda consternação a notícia do desaparecimento físico do Senhor Ladislau Quaresma Frederico d'Almeida, Deputado à Assembleia Nacional na Sexta e Sétima Legislaturas, Assessor Diplomático do actual Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho, no passado dia 18 do corrente mês, em Lisboa, Portugal;

Atendendo ainda que o Senhor Ladislau Quaresma Frederico d'Almeida desempenhou, dentre outros, o cargo de Director da Cooperação do Ministério da Educação, Ministro da Comunicação Social, Assessor Diplomático dos então Presidentes da República Miguel Trovoada e Fradique de Menezes, Director-Adjunto na Autoridade Conjunta de Desenvolvimento São Tomé e Príncipe/Nigéria, Embaixador de São Tomé e Príncipe em Taiwan e Director de Cooperação Internacional nos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e da Economia e Cooperação Internacional;

Associando-se ao sentimento de luto que ora passa;

A Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

1. Honrar a sua memória pelo exemplar contributo por si prestado, em todas as funções que exerceu;

2. Expressar, publicamente, através deste Voto de Pesar, a sua maior consternação e endereçar à família enlutada a sua solidariedade, bem como as suas profundas e sinceras condolências.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 28 de Junho de 2017.

O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*.

Voto Pesar n.º14/X/2017

Pelas perdas de vidas humanas no Concelho de Pedrógão Grande, Distrito de Leiria (Portugal)

Tendo tomado conhecimento da forte catástrofe que se fez sentir neste mês de Junho, no Litoral-centro de Portugal, Concelho de Pedrógão Grande (Distrito de Leiria);

Considerando que houve perdas de vidas humanas e prejuízos incalculáveis, resultantes dessa catástrofe que causou danos psicológicos e materiais ao povo português, particularmente à população daquele Concelho;

Considerando ainda as relações de amizade e de cooperação existentes entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Portuguesa;

A Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, manifestar, em nome do povo são-tomense, o seu voto de pesar para com o povo irmão da República Portuguesa, em virtude da catástrofe que abalou o Concelho de Pedrógão Grande (Distrito de Leiria).

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 28 de Junho de 2017.

O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*.

GOVERNO

Decreto – Lei n.º 12/2017

Medidas Excepcionais de Correção Financeira na Administração Geral do Estado, Empresas do Estado e no Sector Empresarial Privado

Preâmbulo

O Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2017, bem como os anteriores refletiram sempre uma situação de déficite e de dependência externa da nossa economia e uma grande vulnerabilidade face aos choques externos, hoje agravados por uma situação internacional marcada, por um lado, por uma tímida retoma das principais economias mundiais e, por outro, por uma real contração da ajuda pública ao desenvolvimento.

Assim sendo, o Governo vê-se na necessidade de adoptar medidas excepcionais, com o propósito fundamental de ajustar as despesas às receitas, alinhando o desempenho global da economia nacional com uma sã disciplina macroeconómica e os objetivos estratégicos definidos na Agenda de Transformação de São Tomé e Príncipe, confirmando por esta via a determinação e seriedade no controlo das contas públicas.

Urge ainda regularizar a situação das dívidas recorrentes ao fisco e ao INSS por parte das entidades públicas empresariais e o sector empresarial privado, o que tem causado imensos transtornos ao Estado e também aos particulares, uma vez que os descontos não têm sido feitos ou quando feitos não têm a afectação devida.

Atendendo a uma evolução errática da economia nacional, decorrente da conjuntura internacional;

Tendo em conta que a economia nacional padece de disfuncionamentos e desequilíbrios evidentes que se arrastam de longa data e que perpetuam uma repugnante injustiça, sempre em detrimento dos mais fracos e mais desfavorecidos;

Na necessidade de se lançar as bases de sua correção e inversão, de modo a estimular os que trabalham, favorecer os investimentos, gerar postos de

trabalho, fortalecer a coesão social e garantir a participação de todos;

Nestes termos, o Governo usando das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 111.º da Lei n.º 1/2003, Constituição da República, publicada no DR n.º 2 de 29 de Janeiro, conjugado com o artigo 25.º, da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 1/2015, Lei Orgânica do XVI Governo Constitucional, publicado no DR n.º 4 de 19 de Janeiro, decreta o seguinte:

Capítulo I

Artigo 1.º

Objecto

O presente Decreto-lei tem como objecto, adoptar medidas provisórias e excepcionais que visam a redução das despesas da administração e dos déficits das empresas e institutos públicos, além de permitir o ajuste das suas receitas às despesas, incluindo o sector empresarial privado, pelo cumprimento rigoroso das normas de finanças públicas e das Leis fiscais e da segurança social.

Capítulo II

Medidas Excepcionais

Secção I

Administração Geral do Estado

Artigo 2.º

Combustíveis

É adoptado, a título excepcional, o corte em 30% dos montantes afectos aos combustíveis, atribuídos a todas as instituições públicas, excepto os sectores da Saúde, Defesa e Segurança Pública, serviços prisionais e de investigação criminal.

Artigo 3.º

Comunicações

São cortadas em definitivo, todas as comunicações pós-pagas atribuídas aos responsáveis administrativos, com excepção dos titulares dos órgãos políticos e equiparados, além dos seguintes, aos quais são atribuídos um plafond de utilização:

- a) Membros do Governo;
- b) Procurador-Geral da República;

- c) Membros do Estado Maior General das Forças Armadas;
- d) Comandante Geral e Vice-Comandante-Geral da Polícia Nacional.

Artigo 4.º

Processamento de salários

Doravante cabe a Direcção do Orçamento proceder ao processamento dos salários dos institutos autónomos e empresas públicas financiados com recursos do Tesouro Público e fazer todas as retenções previstas na Lei, mormente no que respeita ao IRS e a contribuição para a Segurança Social.

Artigo 5.º

Conceito do agregado familiar

Para a correcta interpretação e aplicação das Leis, no que concerne aos direitos dos titulares de altos cargos políticos e equiparados, funcionários e agentes do Estado e para todos os demais efeitos, o agregado familiar na administração pública fica doravante definido como sendo composto exclusivamente por cônjuges e filhos menores ou incapazes.

Artigo 6.º

Uso de viaturas

Ficam todos os serviços da administração central do Estado, incumbidos de fazerem, no prazo de 30 dias, o levantamento exaustivo das viaturas 4X4 utilizadas pelos agentes da função pública, cujos postos e conteúdos de trabalho encontram-se localizados na capital do país ou em zonas urbanas, com o propósito de racionalizar posteriormente o seu uso.

Artigo 7.º

Do Fundo de pensões

Fica estabelecido, a título de solidariedade excepcional e provisório, o corte de 50% da tranche que exceder o montante de Dbs: 30.000.000,00 (trinta milhões de dobrás) de pensão de reforma ou de aposentação, enquanto não for alterada a situação de desequilíbrio do fundo da Segurança Social.

Secção II Das Empresas do Estado

Artigo 8.º

Dívidas ao Estado

1. É reduzido em 30% o montante da parte complementar das remunerações correspondentes a subsídios e demais regalias de todas as empresas públicas e institutos autónomos.

2. As empresas e institutos públicos com dívidas ao Fisco e à Segurança Social, devem passar a alocar 50% do montante da parte complementar das remunerações, correspondentes a subsídios diversos e demais regalias, à amortização das dívidas ao Fisco e à Segurança Social, através de transferências mensais ao Tesouro Público.

Artigo 9.º

Reorganização da Administração Indirecta do Estado

Ficam igualmente instruídas as empresas e institutos públicos autónomos, no sentido de procederem à revisão dos respectivos estatutos e regulamentos internos, bem como a elaboração de um plano de reestruturação económico-financeira, recorrendo à assistência técnica financiada com recursos próprios, com o propósito de alcançar uma efectiva sustentabilidade.

Artigo 10.º

Suspensão de subsídios

Em conformidade com as Leis em vigor e no respeito pelo princípio de igualdade de todos perante a Lei e perante a coisa pública, e enquanto perdurar situações deficitárias ou de endividamento, ficam suspensos até indicação em contrário de:

- a) Aquisição e oferta de cabazes;
- b) Plafonds de manutenção de viaturas de uso pessoal;
- c) Prémios de desempenho;
- d) Senha de presença para reuniões de conselho de direcção pagas aos membros da própria direcção executiva das empresas públicas e institutos autónomos;
- e) Subsídio de isenção de horário;

- f) Subsídio de qualificação e de exclusividade;
- g) Subsídios aos ex-dirigentes de quaisquer empresas públicas e institutos autónomos;
- h) Subsídios de refeição, excepto quando em missão de serviço;
- i) Todos os subsídios de festas e datas comemorativas.

Secção III

Sector empresarial privado

Artigo 11.º

Regularização fiscal do sector privado

Tendo em conta a situação económica do país, a Direcção dos Impostos (DI) e o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), devem estabelecer um ponderado programa de regularização da situação fiscal das empresas privadas devedoras do Estado.

Capítulo III

Disposições finais

Artigo 12.º

Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação do presente diploma, serão resolvidas por deliberação do Venerando Conselho de Ministros.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, e os seus efeitos retroagem-se a data de 24.º de Maio de 2017.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em 24 de Maio de 2017.- O Primeiro-ministro e Chefe do Governo, *Patrice Emery Trovoada*; O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, *Afonso da Graça Varela da Silva*; O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, *Urbino Silva Botelho*; O Ministro da Defesa e da Administração Interna, *Arlindo Ramos*; Pela Ministra da Justiça, Administração Pública e dos Direitos Humanos, *Arlindo Ramos*; O Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul, *Américo d'Oliveira dos Ramos*; O Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, *Carlos Manuel Vila Nova*; Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, *Teodorico de Campos*; O Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais, *Emílio Lima*; A Ministra da Saúde, *Maria de Jesus Trovoada dos Santos*; O Ministro da Educação, Cultura e Ciência, *Olinto da Silva e Sousa Daio*; O Ministro da Juventude e Desporto, *Marcelino Leal Sanches*.

Promulgado em 13 de Julho de 2017.

Publique-se.-

O Presidente da República, *Evaristo do Espírito Santo Carvalho*.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

AVISO

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no *Diário da República*, a sua assinatura ou falta de remessa, deve ser dirigida ao Centro de Informática e Reprografia do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos – Telefone: 2225693 - Caixa Postal n.º 901 – E-mail: cir-reprografia@hotmail.com São Tomé e Príncipe. - S. Tomé.